

CURSOS COM MAIOR NÚMERO DE EMPREGADOS

Medicina, farmácia e odontologia são as graduações predominantes



Fonte: Semesp



Fotos: Arquivo pessoal

Fernanda Verdolin, CEO da Workalove, afirma que há uma desproporção entre ensino superior e oferta de empregos no país

“As mulheres ainda representam a maioria dos respondentes que não exercem atividades remuneradas, e a porcentagem de mulheres que trabalham é menor do que a porcentagem de homens inseridos no mercado de trabalho, segundo dados da pesquisa. Apesar dos avanços, ainda podemos enxergar aspectos de desigualdade quando observamos esses dados de uma forma mais aprofundada”, observa.

Impasses

Em relação aos cursos com maior número de desempregados, Fernanda observa lacunas entre o índice de formação de egressos de alguns cursos, como administração, direito e enfermagem, e o mercado de trabalho. “Isso levanta uma questão importante: há uma possível desproporção entre o número de graduados nessas áreas e

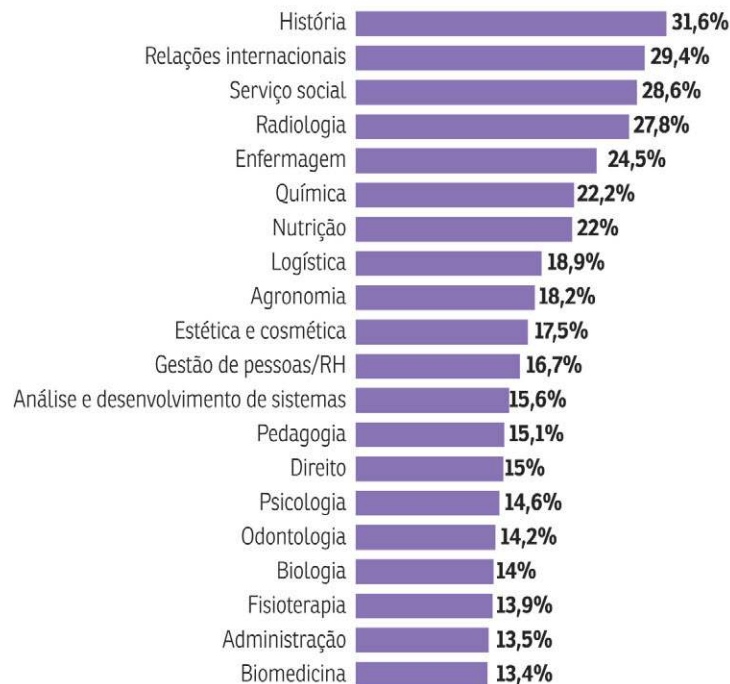
a oferta de vagas específicas para suas qualificações”, explica.

Além da baixa oferta de vagas nas respectivas áreas, a CEO acredita que a divergência entre o mercado de trabalho com a graduação é uma das causas por trás desse cenário: “Isso revela um desalinhamento entre formação e mercado, em que, embora empregados, muitos profissionais não atuam em funções compatíveis com suas qualificações”.

Para Capelato, existem algumas razões por trás dos cursos com maior número de desempregados, como a existência de profissões historicamente desvalorizadas pela sociedade em geral, como a de professor de história. “Existem vagas disponíveis, mas a carreira está tão desvalorizada tanto por causa da remuneração quanto pelas condições de trabalho precárias, como a violência nas escolas,

CURSOS COM MAIOR NÚMERO DE DESEMPREGADOS

História, relações internacionais e serviço social são os cursos que têm maior índice



Rodrigo Capelato, diretor do Semesp, relaciona o desemprego à desvalorização de algumas áreas e à recessão

o que leva as pessoas a não procurarem oportunidades na área”.

Além disso, existem carreiras que passam por fase de recessão e restrição no mercado de trabalho, por motivos socioeconômicos, como é o caso das engenharias. “Essas profissões sofreram muito durante a crise econômica e o Brasil vem de um período longo sem crescimento econômico desde a crise de 2015, isso impacta muitas áreas, como a de infraestrutura, com poucos investimentos em projetos”, exemplifica.

Instabilidade

Isadora (nome fictício a pedido da fonte), 26 anos, formou-se em direito no Centro Universitário de Brasília (Ceub) em 2022 e, pouco depois, chegou a trabalhar como secretária em um escritório de advocacia por um tempo, mas

percebeu que não se identificava com a área. “Estar no ambiente de advocacia é um ambiente hostil, porque tem que lidar com clientes, juiz, além de brigas com colega de profissão”, descreve.

Além do ambiente tóxico, ela diz que o mercado de trabalho para direito é “frustrante”, porque tem muita demanda e retorno financeiro insuficiente, com salário para profissional iniciante entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000.

Com a falta de emprego na área, a jovem sente incerteza e insegurança, e até questiona “se estou no caminho certo ou se estou me perdendo”. No entanto, ela tem estudado para concurso público, com pretensão de trabalhar como analista jurídica. “Tenho como exemplo a minha mãe, que é servidora pública, mas além de não me identificar com a advocacia, o concurso é

uma maneira de ter estabilidade financeira e profissional”, conta.

Nesse contexto, ela vê um cenário diverso, mas também desanimador em relação aos profissionais da área: enquanto alguns estão se dedicando aos estudos para o concurso público, como ela; outros seguem na carreira de advogado, mas com condições de trabalho insuficientes, como o baixo salário. “Vejo que todos estão tentando”, diz.

Transição de carreira

Natural de Pelotas, Rio Grande do Sul, Joaquim (nome fictício a pedido da fonte), 33 anos, estudou licenciatura em história na Universidade Cruzeiro do Sul; no entanto, ele decidiu seguir uma carreira diferente, de sargento no Exército. A profissão tem as seguintes vantagens: plano de saúde para os dependentes, como os filhos e cônjuge; e um imóvel funcional bem localizado em Brasília, cidade que ele mora atualmente.

“Prestei concurso para o exército quando tinha 22 anos, escolhi essa profissão pela relativa afinidade já que, anos antes, havia passado pelo serviço militar obrigatório. Na época, eu já tinha interesse em cursar licenciatura em história, mas eu tinha certa pressa quanto à busca por estabilidade”, conta.

Na época, Joaquim trabalhava com estoque, como auxiliar em uma loja de auto-peças, em horário de comércio, então, o emprego de sargento pôde ajudá-lo a ter melhores condições financeiras, e também a se especializar na área de história com cursos de pós-graduação. “Foi por meio de minha profissão atual que consegui bancar algumas capacitações em história, de valores mais acessíveis. Então, há ônus e bônus”, explica.

Hoje, com essas especializações, ele pretende trocar de profissão para a área do ensino em história, mas vê dificuldades para a transição de carreira. “Isso nem sempre foi um problema, mas à medida que fui me aprofundando em estudos na área de história, por satisfação pessoal, minha profissão foi se tornando cada vez mais desgastante e deslocada do que eu realmente gostaria de fazer”.

Mesmo tentando por meios formais, como transferência para um colégio militar para aplicar esse conhecimento, a carreira na área militar impossibilitou essa mudança. “Fui impedido pela burocracia”, lamenta.

*Estagiária sob supervisão de Marina Rodrigues